

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Inquérito de Terreno

É possível falar de rigor em metodologias qualitativas? Em que condições e usando que critérios?

Salvador Forquilha

Inquérito de Terreno

É possível falar de rigor em metodologias qualitativas?
Em que condições e usando que critérios?

Salvador Forquilha

20 de Setembro de 2013

RESUMO

O inquérito de terreno e o inquérito por questionário diferem na maneira como cada um deles produz os dados de pesquisa. Mas, a diferença não pára por aqui. Ela diz respeito, também, aos critérios de rigor, ou seja, exigências capazes de garantir a plausibilidade e validação do conhecimento produzido. Em que condições e usando que critérios é que se pode falar de rigor em metodologias qualitativas? Este texto procura responder a esta pergunta, trazendo subsídios para a problematização do processo de produção de dados qualitativos em ciências sociais, olhando particularmente para o desafio do rigor em metodologias qualitativas. O texto foi elaborado com base numa revisão da literatura sobre metodologias em ciências sociais, recorrendo, na medida do possível, a experiências de terreno.

INTRODUÇÃO

A ideia de “ciência como uma representação, intelectualmente construída, da realidade” (Silva & Pinto, 1986) nos remete à questão do conhecimento como elaboração, algo de construído, um processo complexo que não pode ser assimilado a uma fotografia da realidade. Em ciências sociais, este processo complexo requer não só uma ruptura com o senso comum e a ilusão do saber imediato, como também um questionamento permanente sobre os próprios instrumentos de pesquisa e a maneira como estes nos permitem produzir os dados.

Este texto visa trazer subsídios para a problematização do processo de produção de dados qualitativos em ciências sociais, olhando particularmente para o desafio do rigor em metodologias qualitativas. Sem descuidar a importância das teorizações dos manuais de metodologias em ciências sociais sobre a pesquisa de terreno, o texto procura privilegiar uma abordagem eminentemente prática, uma vez que a pesquisa de terreno se aprende fazendo (Richardson, Peres, Wanderley, *et al.*, 2010). Aliás, como sublinha Olivier de Sardan, “é preciso ter, alguma vez, realizado entrevistas com um guião previamente elaborado para se cair na conta do quão inibidos os entrevistados se podem sentir diante de um quadro

muito estreito e directivo; é preciso ter aprendido a dominar os códigos locais de boa educação para se sentir à vontade nas conversas improvisadas, que, muitas vezes, são ricas em informação; é preciso, no terreno, ter perdido tempo, mas muito tempo para se compreender que esse tempo ‘perdido’ era tempo necessário” (Olivier de Sardan, 2008, p.45).

O texto divide-se em duas partes. Na primeira parte – principais linhas do debate sobre “ciência” em ciências sociais – procuro olhar para as linhas estruturantes do debate sobre o “estatuto de ciência” das ciências sociais, interrogando a própria possibilidade duma ciência social objectiva e as condições e critérios dessa objectividade. Na segunda parte – a questão do rigor em metodologias qualitativas – interrogo-me sobre o exercício de produção de dados em ciências sociais, olhando para o significado e o desafio do rigor em metodologias qualitativas. A elaboração do texto foi feita essencialmente com base na revisão da literatura sobre metodologias em ciências sociais, recorrendo, na medida do possível, a experiências de terreno.

PRINCIPAIS LINHAS DO DEBATE SOBRE “CIÊNCIA” NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Começo a primeira parte deste texto com duas questões importantes: O que significa pesquisa e fazer pesquisa sobre um assunto numa área disciplinar das ciências sociais? Como os investigadores, em ciências sociais, fazem uma pesquisa? As respostas a estas questões nos remetem ao debate referente às principais abordagens sobre “ciência” presentes nas ciências sociais, nomeadamente a abordagem positivista, a abordagem interpretativa e a abordagem crítica/construtivista (Neuman, 2000; Chaui, 2000). Este debate, tal como Chaui (2000) e Santos (2007) sublinham, estruturou-se no processo de emergência das ciências sociais e cristalizou-se à volta de questões importantes, tendo em conta os desenvolvimentos da própria ciência moderna. Eis aqui algumas dessas questões:

- A ciência moderna lida com factos observáveis: como observar os fenómenos sociais?
 - A ciência moderna busca leis objectivas, gerais dos factos: como estabelecer leis objectivas para os fenómenos sociais?
 - A ciência moderna lida com factos objectivos: como construir a objectividade no estudo dos fenómenos sociais?
- (Chaui, 2000; Santos, 2007; Goldmann, 1978).

Embora se trate de um debate presente já nos clássicos em ciências sociais, particularmente Comte, Durkheim, Marx, Stuart Mill e Max Weber, hoje parece não se tratar de um debate esgotado, encerrado. Pode-se dizer que a questão chave deste debate é a própria possibilidade das ciências sociais: é possível uma ciência social objectiva? Se sim, em que condições e usando que critérios? Contra a ilusão positivista e a ilusão empirista, a ideia de ciência como conhecimento construído, conhecimento aproximado, parece ganhar cada vez mais espaço.

Nesta ordem de ideias, o real, como sublinham Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2010), só fala quando o interrogamos. Com esta ideia, estes autores procuram essencialmente nos advertir contra a ilusão empirista que consistiria em acreditar na existência de objectos de pesquisa em estado bruto, que nos dariam respostas por sua própria iniciativa. Assim, os autores do *ofício do sociólogo*, na linha de G. Bachelard, sublinham a importância da hierarquia dos actos epistemológicos, quer dizer que numa pesquisa “o facto é conquistado, construído e constatado” (Bourdieu, Chamboredon & Passeron, 2010). Está aqui subjacente a ideia de conhecimento como construção, que resulta de um processo complexo que combina problemáticas teóricas, interrogações, técnicas de pesquisa, códigos de leitura, enfim um

processo que envolve a delimitação de um objecto de estudo e uma metodologia.

Mas, é importante sublinhar que da mesma maneira que o real só fala quando o interrogamos, ou seja, não tem iniciativa própria (Bourdieu, Chamboredon & Passeron, 2010), os instrumentos de pesquisa também não têm iniciativa própria, no sentido de que os dados que eles nos fornecem, produzem, dependem do tipo de questões, perguntas, interrogações decorrentes da problemática teórica, ela própria, produto de uma construção.

Neste sentido, por exemplo, como sublinha Olivier de Sardan (2008), não existe uma observação pura e “ingénua”... a observação do pesquisador é estruturada por aquilo que ele procura, pela sua linguagem, a sua problemática, a sua formação, enfim (e porque não?) pela sua personalidade. O que não quer dizer que a observação não possa, como aliás muitas vezes acontece, modificar, reorientar, alargar uma problemática (Olivier de Sardan, 2008). Da mesma forma, a entrevista, enquanto busca de “pontos de vista, significados, representações” dos actores locais, é igualmente estruturada por um conjunto de inquietações, interrogações do pesquisador, decorrentes da sua problemática de pesquisa. O mesmo se poderia aplicar às fontes escritas,

particularmente a literatura cinzenta, no sentido de que os relatórios, avaliações, arquivos locais, etc.) serão mais ricos quando submetidos a interrogações provenientes da problemática de pesquisa do próprio pesquisador.

Portanto, como sublinha Bourdieu “perguntarmos o que é fazer ciência, (neste caso ciências sociais) não implica apenas nos interrogarmos a respeito da eficácia e do rigor formal das teorias e dos métodos disponíveis: obriga a que interroguemos os métodos e as teorias efectivamente utilizados, a fim de determinar o que eles fazem aos objectos e os objectos que eles fazem” (Bourdieu citado por Nunes, 2005, p.33). Mas, como é que esse debate se desenvolveu?

O debate epistemológico sobre o estatuto científico das ciências sociais se desenvolveu essencialmente em duas direcções distintas:

A primeira direcção é aquela fortemente influenciada pelo modelo de racionalidade da ciência moderna (baseado na observação e experimentação), que defendia o estudo dos fenómenos sociais com base em pressupostos epistemológicos e metodológicos usados no estudo dos fenómenos naturais. Assim, à semelhança do que acontece nas ciências naturais, onde a ciência moderna busca

as leis gerais explicativas dos fenómenos naturais, as ciências sociais ocupar-se-iam da busca da formulação de leis gerais sobre as sociedades humanas (Bacon, Vico e Montesquieu foram os grandes precursores deste debate). Nesta perspectiva, as ciências sociais seriam, nas palavras de A. Comte, “física social”, procurando estudar os factos sociais como se fossem coisas (Durkheim, 2007). Nesta direcção se desenvolveram as metodologias chamadas quantitativas, que privilegiam o uso de inquéritos por questionários (Santos, 2007).

A segunda direcção se desenvolveu em oposição à primeira, reivindicando um estatuto metodológico próprio para as ciências sociais, uma vez que os fenómenos sociais não podem ser tratados da mesma maneira que os fenómenos da natureza. Neste contexto, diferentemente do estudo dos fenómenos da natureza, o estudo dos fenómenos sociais busca compreender o sentido que os actores conferem à sua acção (Weber, 2003). Nesta direcção se desenvolveram as metodologias chamadas qualitativas, que privilegiam o uso de inquéritos de terreno (Santos, 2007).

Mas, embora o debate se tenha polarizado à volta destas duas posições, hoje não seria útil estabelecer uma oposição entre as metodologias quantitativas e as metodologias qualitativas ou entre

o inquérito por questionário e o inquérito de terreno, na medida em que, na realidade, as pesquisas em ciências sociais, muitas vezes, fazem apelo, simultaneamente, a procedimentos quantitativos e qualitativos, numa lógica de complementaridade. Neste sentido, seria falso pensar que inquérito de terreno não faz uso de números, estatísticas, ou, inversamente, o inquérito por questionário não faz análises interpretativas de cunho qualitativo (Olivier de Sardan, 2008; Chizzotti, 2008). Além disso, o inquérito por questionário e o inquérito de terreno “se inserem numa série de operações intelectuais comuns e fundamentais, tais como a construção de problemáticas de pesquisa, a mobilização de referências eruditas ou argumentações teóricas e interpretativas (Olivier de Sardan, 2008, p.40).

Todavia, isso não quer dizer que cada uma destas abordagens não tenha procedimentos específicos, que decorrem da natureza e objectivos (também específicos) de cada uma delas, tal como a Tabela 1 mostra.

Por conseguinte, o inquérito de terreno e o inquérito por questionário diferem na maneira como cada um deles produz os dados de pesquisa. Mas, a diferença não pára por aqui. Ela diz respeito, também, aos critérios de rigor, ou seja, exigências

capazes de garantir a plausibilidade e validação do conhecimento produzido. Ora, se os critérios de rigor são relativamente mais evidentes em metodologias quantitativas, na medida em que se baseiam em dados quantificáveis, números e tratamento estatístico, em metodologias qualitativas, os critérios de rigor parecem ser de identificação difícil e subjectivos.

Tabela 1: Diferenças entre inquérito de terreno e inquérito por questionário

Inquérito de terreno	Inquérito por questionário
Informações largas, multidimensionais, não codificáveis	Informações circunscritas, unívocas, codificáveis
Tratamento artesanal	Tratamento estatístico
Situações naturais ou próximas de naturais (conversa)	Situações artificiais (interrogatório)
Investigador em pessoa	Inquiridores assalariados
Inserção no meio	Interacção pontual
Informações sobre processos e lógicas contextuais (sem representatividade estatística)	Informações sobre variáveis descontextualizadas (representatividade estatística)
Intensivo, longa duração, idas e voltas	Extensivo, brevidade, linearidade
Pistas, iteração, improvisação	Hipóteses precisas verificáveis

Fonte: (Olivier de Sardan, 2008, p.42)

Porém, isso não significa, de maneira alguma, que o trabalho de pesquisa, com recurso a metodologias qualitativas, não obedeça a exigências de rigor, ou seja, se deixe simplesmente guiar pela arbitrariedade e as opiniões do senso comum do próprio investigador. Pelo contrário, a problemática de pesquisa definida estabelece as balizas dentro das quais o investigador se move e lida

com as questões da pesquisa, do ponto de vista de interpretação (Bourdieu, Chamboredon & Passeron, 2010). Neste sentido, inquérito de terreno “não é só uma questão de *‘feeling’*, ele incorpora e mobiliza formação e competência” (Olivier de Sardan, 2008, p.44) . Esta competência se aprende. Mas, não se trata de aprendizagem qualquer, pois a competência em inquérito de terreno é do fórum eminentemente prático, ou seja, se aprende fazendo, um pouco à semelhança do que acontece com a maioria dos ofícios (jardineiro, alfaiate, cozinheiro, etc.). Mas, o que significa rigor em metodologias qualitativas? Que elementos podem garantir esse rigor? Que desafios se associam à questão do rigor em metodologias qualitativas? Estas são algumas das questões que vou procurar desenvolver nas próximas linhas.

A QUESTÃO DO RIGOR EM METODOLOGIAS QUALITATIVAS¹

Em metodologias qualitativas, embora não se possa falar de uma receita para garantir o rigor, alguns autores, como por exemplo Olivier de Sardan (2008), sublinham a ideia da existência de princípios reguladores (exigências metodológicas), que podem contribuir significativamente para uma vigilância contínua sobre a maneira como os dados qualitativos são produzidos e, por via

¹ Grande parte desta secção é baseada em Olivier de Sardan (2008).

disso, garantir um certo rigor. É o que Olivier de Sardan chama política de terreno (Olivier de Sardan, 2008, pp.76–90). Mas, o que significa rigor neste contexto? Entre outros aspectos, rigor, neste contexto, significa que as explicações, as interpretações, as teorizações são fundadas em evidências de terreno; que o processo de recolha de informação está explicitado (quem são os informadores, como é que a informação foi recolhida e através de que meios?); que a literatura cinzenta utilizada está devidamente citada de tal forma que outros pesquisadores possam verificar as referências e as fontes (Olivier de Sardan, 2008). Nas linhas a seguir, vou, ainda que resumidamente, olhar para algumas dessas exigências metodológicas, nomeadamente a triangulação, a iteração, a explicitação interpretativa e o recurso a informantes privilegiados.

a) Triangulação

Um princípio fundamental em qualquer exercício de pesquisa, a triangulação consiste na verificação de toda a informação proveniente de um e único informante. Olivier de Sardan (2008) distingue dois tipos de triangulação:

Simples: consiste em cruzar a informação proveniente de diferentes informantes, com vista a evitar que a pesquisa esteja refém de uma e única fonte;

Complexa: consiste em cruzar a informação de diferentes informantes em função da sua relação ao fenómeno estudado. Por exemplo, se eu estou a estudar o uso e impacto do Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD), num determinado distrito de Moçambique, a triangulação complexa consistiria no cruzamento de informação proveniente dos membros do governo (central e local), membros dos conselhos locais, beneficiários directos do fundo, membros de partidos políticos, cidadãos simples, etc. Assim, a triangulação complexa “procura fazer da heterogeneidade de opiniões ‘um objecto de estudo’...procura sublinhar as diferenças significativas de opiniões como um elemento importante no processo de produção de dados qualitativos (Olivier de Sardan, 2008, pp.80–81). Olivier de Sardan traz aqui um conceito importante – *grupo estratégico*: “um conjunto de indivíduos que, globalmente, face a um mesmo problema, possuem uma mesma atitude, determinada pela relação social semelhante que têm face ao problema” (Olivier de Sardan, 2008, p.81). O conceito de grupo estratégico pode ser muito útil, particularmente para aqueles que trabalham em problemáticas ligadas às

“comunidades”, sejam elas pequenas ou grandes. Com efeito, o conceito de grupo estratégico permite-nos ver uma “comunidade” como uma entidade heterogénea, na medida em que, o conceito de grupo estratégico sublinha a ideia segundo a qual “numa dada colectividade todos os actores não têm nem os mesmos interesses e muito menos as mesmas representações e que, segundo os ‘problemas’, os seus interesses e as suas representações se agrupam de uma forma diferente, mas não de qualquer maneira” (Olivier de Sardan, 2008, p.81).

b) Iteração

A iteração é um dos princípios que, em ciências sociais, ilustra a ideia de produção de conhecimento científico como um processo de contínua elaboração, reelaboração. A iteração consiste num vaivém. Na perspectiva de Olivier de Sardan (2008), existem essencialmente dois tipos de iteração:

Concreta: quando o vaivém diz respeito ao próprio terreno. No processo de produção de dados, o pesquisador se adapta às circunstâncias concretas do terreno, que em grande medida são imprevisíveis. Assim, por exemplo, a resistência de um interlocutor em conceder uma entrevista, uma documentação pedida, exigem do pesquisador uma criatividade no sentido de

encontrar alternativas, que podem consistir em voltar ao terreno numa outra altura; uma entrevista bem sucedida pode exigir a realização de uma outra entrevista, inicialmente não prevista, com o mesmo interlocutor ou um outro.

Abstracta: quando o vaivém se verifica entre a problemática, a produção de dados, a interpretação e os resultados. Tal como diz Olivier de Sardan, cada entrevista, cada observação, cada leitura de um relatório ou arquivos constituem uma ocasião para encontrar novas pistas de pesquisa, novas interrogações, novas inquietações, que podem conduzir à modificação da problemática e das hipóteses. Por sua vez, a modificação da problemática, das hipóteses, pode conduzir a realização de novas entrevistas, nova observação, a procura de novos documentos escritos (Olivier de Sardan, 2008).

c) Explicitação interpretativa

Ligado ao princípio de iteração, a explicitação interpretativa é o outro princípio fundamental no processo de produção de dados qualitativos. A explicitação interpretativa consiste na necessidade de uma conceptualização, vigilância, avaliação, reflexão, diálogo constante sobre os dados que vão sendo produzido no terreno. Por

exemplo, pode acontecer que os dados recolhidos revelem alguma contradição ou um paradoxo. Neste caso, a contradição ou paradoxo suscitam uma reflexão, uma discussão, com vista a uma melhor interpretação dos fenómenos observados ou da informação recolhida via entrevistas, fontes escritas, etc. Por exemplo, no trabalho de campo que realizámos em Abril de 2010 no distrito de Gorongosa (província de Sofala), no âmbito de um projecto sobre as reformas de descentralização administrativa em Moçambique (conselhos locais e FDD), visitámos duas associações de camponeses, que se localizam junto da serra de Gorongosa. Constatámos que, apesar de se localizarem uma ao lado da outra (separadas pela serra), elas não têm o mesmo tipo de relação com o Estado. Enquanto uma (a associação dos camponeses de Nhauranga) mais facilmente fazia-se ouvir junto do Estado, pois tinha representação no conselho local do distrito e parte dos seus associados tinha beneficiado dos fundos do FDD, a outra (a associação dos camponeses de Nhabirira) tem uma relação com o Estado, que parece distante na medida em que não tem nenhuma representação no conselho local do distrito e nenhum dos seus associados recebeu os fundos do FDD. Tomando em consideração o facto de que as terras cultivadas tanto por uma, quanto pela outra associação têm o mesmo potencial agrícola e as duas associações são vizinhas, a pergunta que, imediatamente, nos fizemos foi a de

saber a razão de tanta diferença na maneira como o Estado local trata as duas associações. Aparentemente havia aqui algum paradoxo, que era preciso discutir, reflectir. Assim, esta questão alimentou a nossa discussão, reflexão do fim do dia.

d) Recurso a informantes privilegiados

O recurso a informantes privilegiados tem que ser conjugado com outros princípios, particularmente a triangulação, sob o risco de o pesquisador estar inteiramente dependente de uma e única fonte. Olivier de Sardan distingue essencialmente três tipos de informantes privilegiados (Olivier de Sardan, 2008, p.90):

- **Generalistas:** aqueles que dão acesso às representações locais;
- **Mediadores:** aqueles que podem abrir caminhos, portas para espaços de difícil acesso do ponto de vista cultural, social ou político;
- **“Experts”:** aqueles que têm “conhecimento aprofundado” sobre determinados temas.

Que se recorra a um tipo ou outro de informante privilegiado, o mais importante é que o pesquisador tome consciência da necessidade de mobilizar outros princípios ao longo do trabalho de terreno, particularmente a triangulação.

O processo de produção de dados qualitativos exige não só que o trabalho de pesquisador obedeça a certos princípios orientadores, como também que o próprio pesquisador tenha um domínio dos instrumentos de pesquisa, com a consciência de que cada instrumento de pesquisa é **apenas** uma forma de produção de dados e, por isso mesmo, exige a combinação com outras formas de produção de dados.

Combinação de instrumentos de pesquisa em ciências sociais

Mais do que um simples protocolo ou qualquer princípio orientador do trabalho do pesquisador, a combinação dos instrumentos de produção de dados constitui uma exigência intrínseca ao próprio processo de produção de conhecimento em ciências sociais, na medida em que cada instrumento permite captar apenas parte do real. Neste texto, vou concentrar-me especificamente na combinação de dois instrumentos de pesquisa, nomeadamente entrevistas e fontes escritas, particularmente a literatura cinzenta. Antes de abordar a combinação propriamente dita, vou, ainda que resumidamente, falar de cada um dos dois instrumentos de pesquisa acima mencionados.

Entrevistas

A entrevista é um dos meios mais usados para a produção de dados em ciências sociais e tem merecido muita reflexão e debates, no âmbito das metodologias de investigação em ciências sociais. Trata-se de um meio privilegiado que permite aceder às representações dos actores locais. Neste texto, mais do que olhar para técnicas de entrevistas, procurarei, na linha de Olivier de Sardan, olhar para a natureza da entrevista, enquanto meio de produção de dados, sublinhando o seu carácter de consulta, interacção, conversa e negociação invisível (Olivier de Sardan, 2008):

a) Entrevista como consulta e narrativa

Consulta no sentido de que a entrevista é um meio através do qual o pesquisador recorre à competência do entrevistado sobre um assunto da vida local. Narrativa no sentido de que o pesquisador pede que o entrevistado conte algo sobre a sua experiência pessoal ligada ao assunto ou simplesmente parte da sua vida. Na prática, uma entrevista começa com uma narrativa, em que o entrevistado dá a conhecer parte da sua vida, a sua trajectória socio-histórica e às vezes até parte do seu universo socio-cultural. A dimensão narrativa da entrevista é essencial para a construção de um clima

de confiança entre o pesquisador e o entrevistado – um aspecto fundamental para a exploração da riqueza de uma entrevista.

Algumas vezes, a dimensão narrativa da entrevista desperta no entrevistado o sentimento de auto-valorização. À medida que o entrevistado vai narrando suas experiências pessoais, sua trajetória socio-histórica, seu universo socio-cultural e o pesquisador vai manifestando cada vez mais interesse no assunto, o entrevistado vai-se sentindo cada vez mais valorizado e, aos poucos, se vai construindo um clima de confiança e a entrevista se vai transformando numa interacção e conversa.

b) Entrevista como interacção

Mais do que meio de extracção de informação, a entrevista é um processo interactivo, cujo resultado final depende em grande medida quer do entrevistado, quer do próprio pesquisador. Neste sentido, a entrevista coloca em interacção dois mundos diferentes: o mundo do pesquisador e aquele do entrevistado. Como sublinha Briggs, “a entrevista é um encontro intercultural mais ou menos imposto pelo pesquisador onde se confrontam normas *meta-comunicacionais* e às vezes diferentes” (Briggs citado por Olivier de Sardan, 2008, p.57). Ao pesquisador se coloca o desafio de

saber lidar com o processo interactivo e transformá-lo numa ocasião não só para extrair a informação como também (e sobretudo) para entrar no mundo do próprio entrevistado.

c) Entrevista como conversa

Longe de se tratar de um interrogatório, uma entrevista é uma conversa. Isto exige que o pesquisador tenha a capacidade de transformar o seu guião de entrevista num instrumento facilitador da conversa. Exige também que o pesquisador tenha um domínio da sua problemática, o seu objecto de estudo e tenha uma grande capacidade criativa para improvisar, sem no entanto perder de vista as suas questões de pesquisa. É importante que o objecto de estudo e a problemática de pesquisa também façam sentido para o entrevistado.

d) Entrevista como negociação invisível

Por se tratar de um encontro intercultural, um encontro entre dois mundos, as representações e os interesses do pesquisador e do entrevistado não são necessariamente os mesmos. Cada um dos intervenientes usa estratégias para maximizar os seus interesses. Aqui, por exemplo, no projecto de pesquisa sobre reformas de

descentralização administrativa em Moçambique, acima mencionado, é interessante verificar que, durante as entrevistas que efectuámos, responsáveis de partidos políticos de oposição usavam a entrevista como uma ocasião para fazer passar os seus pontos de vista, em jeito de crítica à acção governativa a nível local.

Assim, a entrevista é um instrumento de produção de dados extremamente rico e, num trabalho de terreno, ela encerra em si mesma uma série de possibilidades, em termos de abertura de novas pistas de pesquisa, novas observações, busca de novos documentos, realização de novas entrevistas, etc. Neste sentido, a entrevista, enquanto meio de produção de dados em ciências sociais, exige a combinação com outros meios de produção de dados, como por exemplo as fontes escritas.

Fontes Escritas

Fontes escritas constituem um instrumento de grande importância no processo de produção de dados qualitativos em Ciências Sociais, na medida em que permitem não só o alargamento da perspectiva do pesquisador como também a sua familiarização com o terreno e a elaboração de hipóteses exploratórias e questionamentos particulares. No conjunto das fontes escritas

pode-se mencionar a literatura de uma determinada área das ciências sociais, a literatura cinzenta (relatórios, avaliações, informes, etc.), a imprensa, os arquivos, a produção escrita local (Olivier de Sardan, 2008, pp.68–69). Neste texto, procurarei focalizar a minha atenção para a literatura cinzenta.

Embora os debates sobre a literatura cinzenta tenham feito evoluir o próprio conceito nos últimos anos, a literatura cinzenta é definida aqui como sendo “todo o documento dactilografado ou impresso, produzido para um público restrito, fora dos circuitos comerciais da edição e da difusão e à margem dos dispositivos do controlo bibliográfico” (Stock & Schöpfel, 2004, p.1). Concretamente, literatura cinzenta compreende, entre outros documentos, relatórios, avaliações, informes, actas de reuniões, etc.

A literatura cinzenta pode ser recolhida e consultada **antes**, **durante** ou **depois** da realização do trabalho de terreno. **Antes**, ela serve como um instrumento auxiliar no processo de explicitação do contexto do terreno de pesquisa e elaboração de hipóteses. **Durante**, a literatura cinzenta serve como um complemento fundamental de outros instrumentos de produção de dados, nomeadamente a observação e as entrevistas. **Depois**, a literatura cinzenta permite consolidar o processo de análise dos dados

produzidos. Em qualquer das circunstâncias acima mencionadas, a literatura cinzenta possui uma natureza específica, cujas características contêm alguns aspectos, que merecem a atenção do pesquisador. Entre outros, gostaria de mencionar dois aspectos importantes:

A literatura cinzenta é uma construção

O processo de elaboração de um relatório, uma avaliação, um informe do governo distrital, uma acta de um conselho local distrital ou de posto administrativo é um processo complexo que envolve não só elementos do contexto local como também representações, conflitos e negociações entre actores singulares e colectivos. Neste sentido, tal como Nunes sublinha, falando de fontes escritas no geral, “nada seria epistemologicamente mais erróneo do que admitir que, através de dados estatísticos ou de qualquer outra modalidade de informação empírica, a realidade transparece *directamente*, isto é, sem interferência dos critérios e processos individuais ou institucionais que determinam e enformam a sua recolha, o seu tratamento, a sua apresentação” (Nunes, 2005, p.40).

Assim, o pesquisador precisa de tomar consciência do facto de que, por mais simples que seja um relatório, uma acta, um informe, um documento da literatura cinzenta traz consigo sempre uma “história”, que exige uma descodificação, desconstrução de modo a se captar a dinâmica subjacente ao processo de sua elaboração e assim se poder produzir dados de pesquisa. Esta ideia nos leva ao segundo aspecto da natureza da literatura cinzenta: ausência de iniciativa própria.

A literatura cinzenta só fala quando interrogada

Trata-se aqui de abandonar o empirismo ingénuo que consistiria em acreditar na existência de informação no seu estado *puro* em relatórios, informes, avaliações, actas, etc. Os números, gráficos ou ainda afirmações que podemos encontrar num dado documento da literatura cinzenta exigem um questionamento profundo sobre o seu significado e alcance. Este questionamento, em muitos casos, requer o uso de outros instrumentos de pesquisa, como por exemplo a observação e entrevistas, numa lógica de verificação e complementaridade.

Por exemplo, num recente trabalho de terreno realizado no distrito de Gorongosa, em Sofala, no âmbito de um projecto de pesquisa

sobre o processo de descentralização em Moçambique, visitámos o posto administrativo de Nhamazi, que dista cerca de 30 km da vila sede distrital. Durante a entrevista que fizemos ao chefe do posto administrativo sobre o uso dos fundos disponibilizados ao distrito, no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD), o chefe do posto administrativo apresentou-nos um relatório feito localmente que dizia que o FDD tinha criado vários postos de emprego a nível local, entre os quais, 50 no seio da associação dos camponeses de Nhabirira. Durante a entrevista perguntámos ao chefe do posto administrativo sobre o significado e o alcance dos 50 postos de emprego. A sua resposta foi repetir o que vinha escrito no relatório. Assim, no fim da entrevista, decidimos visitar a mencionada associação dos camponeses de Nhabirira com o objectivo de falar directamente com os associados e perceber de perto o impacto do uso do FDD no seio da associação. Saímos em direcção à sede da associação. Quando chegámos ao local, coincidiu que encontrámos grande parte dos membros da associação porque tinham estado reunidos naquela manhã. Decidimos, então, fazer uma entrevista colectiva com os associados presentes. Quando perguntámos sobre os benefícios do uso do FDD dentro da associação, todos os presentes responderam que nenhum associado tinha beneficiado do dinheiro do FDD e que, portanto, não fazia sentido em falar da criação de postos de

emprego dentro da associação como resultado do FDD. Além disso, os associados sublinharam que a associação não estava representada em nenhum nível das instituições de participação e consulta comunitária, nomeadamente os conselhos locais de localidade, posto administrativo e distrito. Neste sentido, trata-se de uma associação que se situa fora dos mecanismos institucionalizados de participação local.

O exemplo acima exposto ilustra, de alguma forma, a necessidade de questionar a literatura cinzenta e combinar o uso de fontes escritas com outros instrumentos de produção de dados. Tal como me referi acima, mais do que um simples protocolo de pesquisa, a combinação de instrumentos de pesquisa é uma exigência intrínseca ao próprio processo de produção de conhecimento em ciências sociais. Uma das modalidades de combinação de instrumentos de pesquisa é o que Olivier de Sardan chama **ecletismo** (Olivier de Sardan, 2008). Na perspectiva do autor, num trabalho de terreno, os diferentes instrumentos de produção de dados têm que estar em constante interacção e sinergia. Neste sentido, “a observação participante permite escolher interlocutores pertinentes e conferir às entrevistas um tom mais de conversa. As entrevistas *in situ* são uma forma particular de interacção e contribuem também para a inserção do pesquisador na cultura

local... as fontes escritas locais [literatura cinzenta] estão ligadas aos actores e aos acontecimentos locais (...) que interessam ao próprio pesquisador” (Olivier de Sardan, 2008, p.71). O ecletismo se torna, assim, uma modalidade vantajosa do ponto de vista de produção de dados em ciências sociais, na medida em que permite tomar em conta os múltiplos registos e estratificação do real.

Mas, em metodologias qualitativas, a busca de rigor coloca o investigador diante de muitos desafios, como por exemplo a) **a modificação de comportamentos**: até que ponto a presença do investigador no terreno não modifica o comportamento das pessoas ligadas ao seu objecto de estudo? b) **a ligação com grupos locais no terreno**: de uma forma voluntária ou involuntária, o investigador pode ser associado pelos habitantes locais a um determinado grupo, o que lhe pode fechar portas e tornar o seu trabalho mais difícil; c) **a questão de fazer a diferença entre representações e representatividade**: o inquérito de terreno está focalizado nas representações e não na representatividade. Por isso, tem que se ter o cuidado em não generalizar para todo o grupo, algo que é construído a partir de representações de um pequeno grupo; d) **a subjectividade do investigador**: é importante que o próprio investigador tenha consciência da sua própria subjectividade de modo a poder controlá-la. Embora isso não seja

fácil, o diário de campo e o trabalho em equipa podem ser instrumentos úteis nesse controlo (Olivier de Sardan, 2008, pp.92–98). Este, provavelmente, é o maior desafio que há quando se fala de rigor em metodologias qualitativas.

CONCLUSÃO

Embora não se possa falar de uma receita para garantir o rigor em metodologias qualitativas, há exigências metodológicas que podem contribuir significativamente para uma vigilância contínua sobre a maneira como os dados qualitativos são produzidos e, por via disso, garantir um certo rigor. Neste contexto, rigor significa que as explicações, as interpretações, as teorizações são fundadas em evidências de terreno; que o processo de recolha de informação está explicitado (quem são os informantes, como é que a informação foi recolhida e através de que meios?); que a literatura cinzenta utilizada está devidamente citada de tal forma que outros pesquisadores possam verificar as referências e as fontes.

Mas, mais importante do que tudo isso, provavelmente, é a ideia de ciência como construção e que tanto o real, quanto os instrumentos de pesquisa só falam quando interrogados. Esta ideia nos permite evitar quer a ilusão empirista, quer a ilusão positivista e deixa espaço para mais debate e diálogo relativamente ao rigor e aos resultados de qualquer pesquisa em ciências sociais, quer faça uso de inquérito por questionário ou de inquérito de terreno.

REFERÊNCIAS

- Bourdieu, P., Chamboredon, J.-C. & Passeron, J.-C. (2010) *Ofício de Sociólogo. Metodologia da pesquisa na sociologia*. 7a edição. Petrópolis, Editora Vozes.
- Chauí, M. (2000) *Convite à Filosofia*. São Paulo, Editora Ática.
- Chizzotti, A. (2008) *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 9a edição. São Paulo, Cortez Editora.
- Durkheim, É. (2007) *As Regras do Método Sociológico*. Lisboa, Editorial Presença.
- Goldmann, L. (1978) *Epistemologia e Filosofia Política*. Lisboa, Editorial Presença.
- Neuman, L. (2000) *Social Research Methods. Qualitative and quantitative approaches*. Boston, Allyn & Bacon.
- Nunes, A.S. (2005) *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*. Lisboa, Editorial Presença.
- Olivier de Sardan, J.-P. (2008) *La Rigueur du Qualitatif. Les contraintes empiriques de l'interprétation socio-anthropologique*. Louvain, Bruylant-Academia s.a.
- Richardson, R.J., Peres, J.A. de S., Wanderley, J.C.V., Correia, L.M., et al. (2010) *Pesquisa Social. Métodos e técnicas*. 3a edição. São Paulo, Editora Atlas S. A.
- Santos, B. de S. (2007) *Um Discurso sobre as Ciências*. 15a edição. Porto, Edições Afrontamento.
- Silva, A.S. & Pinto, J.M. (1986) *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto, Edições Afrontamento.

- Stock, C. & Schöpfel, J. (2004) *Grey Literature in an Open Context: From Certainty to New Challenges*. [Online]
Available from:
http://archivesic.ccsd.cnrs.fr/doc/00/06/23/56/PDF/sic_00000893.pdf [Accessed: 15 September 2013].
- Weber, M. (2003) *Fundamentos da Sociologia*. Porto, Rés-Editora.



Av. Patrice Lumumba 178, Maputo, Moçambique

Telefone: + 258 21 328894

Fax: +258 21 328895

Email: iese@iese.ac.mz

Website: www.iese.ac.mz